



**Patrick J. Geary,
O Mito das Nações.
A invenção do nacionalismo**

***Patrick J. Geary,
The Myth of nations -
The medieval origins of Europa***

Mariana Espel de Oliveira

*Pós – graduada em Patrimônio Cultural e Museologia pela
Universidade de Coimbra, Investigadora do grupo História e
Memória no CEIS 20 UC- Centro de Investigação do Século XX da
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. mraeo@outlook.pt*

Resumo

A resenha apresentada, salienta aspectos do Livro *O mito das nações. A invenção do Nacionalismo*, de Patrick Geary 2008. Evidencia as contradições presentes nas invocações identitárias dos povos da Europa moderna e fala sobre a manipulação de dados históricos. Um olhar atento sobre a obra, mostra que há algo invisível transformando as nações todos os dias. Sugere que os estudos históricos utilizados em comunicação nos museus e outras ferramentas culturais devem ser feitos de maneira isenta e não manipulado, auxiliando na compreensão da realidade presente.

Palavras-Chave: identidade, nacionalismo, patrimônio cultural, cultura imaterial, cultura material.

Abstract

The text presented highlights aspects of the book *The Myth of Nations*. Patrick Geary's *Invention of Nationalism* 2008. It spotlights contradictions presented on identity of people from modern Europe and talk about the manipulation of historical data. A carefull look at the work, shows that there is something invisible transforming nations every day. It suggests that studies about history and communication in museums and other cultural institutions should be done by an unbiased and unmanipulated way, aiding the understanding of present.

Keywords: identity, nationalism, cultural heritage, intangible culture, material culture.

O MITO DAS NAÇÕES. A INVENÇÃO DO NACIONALISMO, DE PATRICK GEARY, 2008

(traduzido a partir da edição inglesa por Hebert Ballmann), Lisboa, Editora Gradiva, 2008, 204 páginas. ISBN 978-989-616268-9.

A obra em apreciação neste trabalho *O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo*", da autoria de Patrick J. Geary foi publicada originalmente em Frankfurt, Alemanha no ano de 2002 pela editora Wolfgang Benz. Patrick J. Geary, nasceu no ano de 1948 na cidade de Luisiana, Estados Unidos, Ph.D em estudos medievais pela Universidade de Yale. Seu trabalho é dedicado ao tema de História Medieval e no seu trajeto acadêmico lecionou em núcleos universitários de renome, nos Estados Unidos e Europa, destacando a sua atuação como presidente no Instituto de Estudos Medievais da Universidade de Notre Dame.

Na obra aqui recenseada, é possível identificar a característica de seu trabalho de investigação, estruturada por tópicos e reflexões sobre conceitos religiosos, cronológicos, linguísticos, étnicos, de estrutura social e organização política de

diferentes séculos de povos pertencentes ao continente europeu, asiático e africano, a influenciar na fundamentação de conceitos nacionalistas nos países europeus no séculos XIX e XX bem como, as frustrações decorrentes das tentativas para revitalização deste conceito, presentes ainda na cultura europeia nos dias de hoje. Ao fazer um delinear cronológico, o autor demonstra fatos e características orientadoras na formação dos conceitos nacionalistas para sociedade moderna e contemporânea, destacando o antagonismo existente da realidade relatada e a manipulação política nos documentos históricos.

O Mito das Nações é o resultado de um trabalho baseado em dados e documentações históricas somado a referências reflexivas de alunos e colegas do autor e estudantes das Universidades da Florida nos EUA, de Notre Dame, França e na *Central European University* em Budapeste. Por meio de rigorosos estudos, o autor transmite com escrita clara e de fácil interpretação para um público alvo não universitário, a desconstrução dos mitos do nascimento das nações europeias. O objetivo do autor pode ser entendido em sua citação:

...ser alvo de intenso debate entre todos aqueles que entendem que uma história inalterável, que reduz as complexidades de muitos séculos a um único momento, não é história sequer. (Geary, 2008, contracapa)

O autor tem o propósito de definir cronologicamente fatos históricos documentados que serviram de base para a construção do conceito de nação, com a intenção de provocar uma reflexão sobre a fragilidade e simplicidade que cerca as designações do nacionalismo. Os estudos desenvolvidos estabelecem uma desconstrução do que as sociedades contemporâneas e do tempo presente distinguem por nacionalismo. Mostra o simplismo usado quando as definições identárias são delineadas por fatores pré-determinados. Como exemplo comentado no livro, o autor questiona se é correto fixar a estabilidade de um povo, com base em dados históricos definidos artificialmente, fazendo deste agregado de indivíduos que habitam um território sejam distinguidos apenas por sua língua, etnia, religião e na cultura

material existente, restringindo assim, a possibilidade para possíveis alterações ou a soma de novas características a estes padrões.

Nesta obra, o autor proporciona ao leitor conteúdos e caminhos para explorar e conhecer os contributos oferecidos por diferentes épocas e acontecimentos tendo em vista a construção de uma identidade ligada ao ambiente físico, onde o indivíduo desfruta e deixa marcas de sua existência. A relação da pessoa é muito mais complexa e definições frágeis como linguísticas, etnicidade e outros fatores podem ser abordados de forma manipulável afim de determinar por puro interesse e conveniência política a razão do nacionalismo.

Além dos seis capítulos a estrutura da obra literária apresenta seções de Notas, Sugestões Bibliográficas, Índice Remissivo e Agradecimentos, nos quais o autor destaca a contribuição de colegas amigos e eruditos europeus de vanguarda atuantes em investigações sobre o tema de transformação de grupos étnicos na antiguidade tardia. Vale-se da organização do tema abordado, em que a Introdução auxilia na compreensão das características presentes na crise da identidade europeia atual.

Em destaque, menciona as peculiaridades da natureza do nascimento da União Europeia, bem como as problemáticas e complexidades existentes para criação de um órgão regulamentar interdisciplinar. Apresenta então, um esboço sobre o objetivo primário da criação do bloco europeu, em que relata as experiências auferidas no processo, os motivos relacionados ao seu surgimento atribuídos a urgência de se configurar um trabalho para influenciar a economia através do livre comércio entre os estados europeus. Do mesmo modo fala sobre um propósito mais audacioso, que foi a introdução de uma unidade monetária.

Em conjunto com os objetivos mais audaciosos, descreve também a complexidade e divergências surgidas para determinar os estados europeus pertencentes ao Bloco. Estas definições estão diretamente relacionadas aos principais desafios encontrados diante das mudanças ocorridas no continente sob intervenção dos diversos pactos assinados para melhoria do contexto

inicial do agrupamento dos estados membros. Aponta os princípios das tentativas de unificação e fortalecimento da comunidade europeia, permitindo ao leitor refletir sobre as constantes desordens que ressurgem a todo momento, em pleno século XXI, mesmo com as diretrizes de um bloco europeu definidas e abertas a novas integrações a países ainda não adjacentes, com trabalhos objetivados na tentativa de manutenção de uma Europa unificada. Atribui estas relutâncias como consequência de equivocadas definições de contextos históricos introduzidos por estudiosos dos séculos XIX e XX, que utilizavam de forma simplista e interesseira dados históricos, já manipulados em séculos anteriores, para criar uma definição de donatários de um espaço físico, baseado em conquistas de um passado distante, fixando relatos históricos como algo inalterável. Salienta acerca da responsabilidade dos Cientistas Sociais, autoridades políticas e outros formadores de opinião da sociedade que usufruem nas relações com a definição de donatários da terra, propondo uma renovação das diretrizes na construção de dados históricos, que deverão ser baseados na ética, isenção política e de interesse territorial, definindo pesquisas científicas e estudos isentos de suposições ou crenças apuradas em diferentes épocas da história, que nas palavras do autor possuem apenas a utilidade para que se crie uma mitologia europeia.

No primeiro capítulo, “Uma paisagem envenenada: etnicidade e nacionalismo no século XIX”, o autor volta com o tema relativo à desconstrução ante a noção do nacionalismo existente nos dias de hoje. Mostra que as ineptas reivindicações de diversas nações europeias são os resultados adquiridos de trabalhos da ciência histórica moderna disponibilizados em um formato manipulador das ideologias políticas nacionalistas, intermediados por modelos de construção de dados históricos imprecisos. Note-se, a utilização destes padrões em trabalhos intelectuais no século XVIII, em que desenvolve a síntese temática já mencionada na Introdução. Reitera a atuação das interferências dos poderes políticos da época, sublinhando o escasso uso de referências da Alta Idade Média, período esse na sua concepção, possibilita aos historiadores, obter dados a delimitar alguns aspectos de identidade coletiva. Os prenúncios

deste capítulo podem ser confirmados em visitas a roteiros arqueológicos e museológicos em todo o continente Europeu, onde grande parte dos discursos expositivos transmitem informação relacionada ao enaltecimento da nação e a tentativa de se definir a identidade da sociedade relatada e a do tempo presente. Desta forma outras características são na maioria das vezes deixadas de lado, por exemplo: comunicações de tecnologias utilizadas na época, características etimológicas, científicas e outros aspectos amplamente educativos, para proporcionar ao público a possibilidade de interpretação via conhecimento adquirido.

Com o segundo capítulo, “Imaginar povos na antiguidade”, evidenciam-se diferenças entre as maneiras antigas de construção de uma identidade. Confronta esta perspectiva com a dificuldade existente na sociedade contemporânea em identificar e distinguir formas para designação de povo, etnicidade, raça, linguística e etnogênese fora de seu contexto atual, sem explorar dados e fatos históricos capazes de trazer características diversificadas para defini-las. As palavras do autor sugerem um entendimento mais realista do verdadeiro significado desses termos e defende as características de sua utilização:

(...) para ver o que há por baixo destes acréscimos culturais, temos de investigar primeiro as origens de nossa língua, da etnicidade, da pertença a um povo. Temos de ver como é que na antiguidade tradições literárias, o poder político, as convicções religiosas e o imperialismo alteraram e moldaram as formas como os etnógrafos perceberam e descreveram a sociedade humana. (Geary, 2008, 50)

Ele então apresenta as origens das especificidades identitárias em diferentes épocas da antiguidade, iniciando pelos povos primitivos e romanos e finalizando nos povos da Europa de uma antiguidade tardia.

Em “Bárbaros e outros romanos”, terceiro capítulo, são realçados os traços da relação entre povos bárbaros e romanos dos séculos I ao V, em que mostra a evolução da relação desses dois povos utilizando-se de uma regra

cronológica. Marca atributos para uma definição de identidade constitucional e étnica. Por vezes esta última baseava-se em preconceitos e suposições construídas por meio da observação de: costumes culturais, linguísticos, religiosos, comportamentais, consanguinidade e cultura material de um determinado conglomerado de pessoas, sem ter a responsabilidade de elucidar a devida compreensão dessas características dos povos. Já a identidade constitucional definia-se no abrigo de interesses políticos, econômicos e territoriais. A complexidade em se definir a identidade de um povo é explícita neste capítulo, o autor, utilizando-se de dados sucessivamente identificados, mostra as diversidades provocadas durante o Império Romano pelas conquistas territoriais. Nota-se, um dos fatores a contribuir para as sucessivas revoluções e revoltas dentro do Império Romano e dos povos além Danúbio é de ordem econômica, ao contrário do divulgado genericamente como conflito de identidade. Os problemas relacionados às diferenças de costumes, religião, língua eram facilmente manejados a ponto de conseguirmos caracterizar o Império Romano como um poder integrado, ao invés de se conflitar com as características identitárias dos povos pertencentes ao território conquistado, sustentavam a permanência desses traços dessemelhantes. Induziam os povos conquistados a se simpatizarem com o Império por meio dos direitos condicionalmente adquiridos, quando tal povoação não apresentava atitudes de rebeldia contra os seus patronos. Com este modelo de governo somado às semelhanças da cultura politeísta, o Império Romano conseguiu manter as povoações conquistadas quase sempre adeptas aos seus programas constitucionais. No entanto, quando se iniciava uma de origem econômica, os romanos tinham dificuldades para controle dos povos conquistados.

Outros fatores certificadores da complexidade de definição dos traços identitários, podem ser medidos pelas referências culturais e comportamentais do Império Romano adotados pelos povos inimigos. Tal condição está diretamente relacionada a necessidade que eles possuíam em observar as formas de combate e conquistas do Império. Através deste

conhecimento e com sua adoção ampliavam a capacidade militar para enfrentamento com o inimigo, considerando poder também entender melhor os desígnios de poder. Cabe fazer um paralelo com os dias de hoje, em que os países emergentes buscam referências diversas ante seu desenvolvimento.

A atuação política provocava alterações constantes nos costumes vividos neste período. Como exemplo, o autor alerta sobre o perigo existente quando a definição da identidade do indivíduo é composta apenas por conceitos ineptos, sem estudos aprofundados e mesmo quando realizados de forma crível, ainda assim haveria possibilidade de não representar a verdadeira realidade. Em apenas um capítulo é possível conhecer sucessivas condições e regras de dominação impactantes nos costumes culturais, materiais, religiosos e linguísticos de uma sociedade constituída em um determinado território.

“Novos bárbaros e novos romanos”, o quarto capítulo, nos traz o histórico do ressurgimento e queda de diferentes confederações em luta pelo território contra o Império Romano. Com uma abordagem complexa, delimita dominações geográficas, datas, guerras e povos, descrevendo sobre o rápido desaparecimento dos poderios do século III ao VI. Tais derrotas possibilitavam a inclusão desses povos repelidos às confederações inimigas, garantindo assim sua sobrevivência. O autor chama atenção para condutas utilizadas pelos governantes, onde eram engastadas, nos conglomerados de pessoas, reinvidicações hereditárias arcaicas, com o intuito de tomar o comando de territórios. As invocações eram por vezes sem sustentação documental, com aspectos fantasiosos.

Situação semelhante pode estar acontecendo no processo para saída do Bloco Europeu, referendada de forma pouco esclarecida, numa consulta repleta de vícios feita aos cidadãos pertencentes aos Estados do Reino Unido. No ponto de vista do cidadão, esta consulta pública teria sido feita de uma forma simplista, num momento em que a população lamentava a fragilidade econômica, política e de segurança pública, nomeadamente com as ameaças crescentes dos atentados terroristas no território. Atualmente a população

questiona a falta de critérios e esclarecimentos oferecidos no referendo e afirmam a falta de clareza nas instruções recebidas. Mas o revelado no *BREXIT*, foi na verdade um processo jurídico vinculado às questões mais complexas do que divulgado pelos poderes governantes, trazendo ao conglomerado de Estados, crises de ordem diversas, afetando diretamente a população. Por meio de uma análise criteriosa sobre as causas deste acontecimento em comparação com o modelo de governança no Império Romano é possível se encontrar semelhanças entre os procedimentos adotados nos séculos estudados neste capítulo com a realidade do *BREXIT*, diante ao estudo feito por Patrick Geary neste capítulo. Em sua visão, as grandes crises existentes dos meios sociais nos séculos abordados na obra, eram advindas do sentimento relacionado ao abandono e esquecimento associado às elites provinciais, ressentidas pelo Império. Isto fazia com que as confederações fossem movidas na busca de uma nova identidade. Os governantes então captavam este sentimento e se utilizavam das reivindicações populistas para iniciar revoltas e contrapor ao governo maior de Roma. Com isso era possível realizar novas negociações para abrandar a revolta popular facultando assim maior popularidade ao governante.

No quinto capítulo, “Os últimos bárbaros?” foram abordados acontecimentos no século VI, nas palavras do autor: (...) que desvaneceram as linhas separadoras entre os romanos e bárbaros. (127). Estes episódios demonstram a fusão do interior do Ocidente das invasões lombardas na Itália, causando a aniquilação nos reinados do Império Romano. Por razões estratégicas, os lombardos tencionavam a destruição dos governos imperiais e seus representantes com a intenção de desestruturar o Império, facilitando a sua conquista. Obtiveram sucesso, com a sábia compreensão da necessidade do povo romano para organização de um novo sistema político, os lombardos inseriram o *populus* romano em seu ambiente cultural, político, econômico, fatos provocados novamente pela fusão de características identitárias entre povos. As mudanças acontecidas são apresentadas com uma metodologia cronológica, delineando aspectos a partir das invasões lombardas que

influíram nos acontecimentos seguintes no território de posse do Império, provocando assim reestruturação dos Reinos Europeus. Essa nova estrutura de território é minuciosamente descrita pelo autor com um paralelo entre as características identitárias das novas divisões territoriais ocidentais e orientais, entre as quais saliento a demarcação sobre atributos de identidade para novas organizações territoriais delimitadas pela área oriental e ocidental do continente europeu.

As alterações vivenciadas com a queda do Império Romano, bem como regionalização dos poderes e as novas divisões políticas territoriais trouxeram à tona novas estruturas identitárias, em que grande parte era uma fusão de costumes e leis romanas somados às características etimológicas e de cultura material relativas aos povos bárbaros. Neste capítulo em especial, há um conteúdo riquíssimo para se analisar como a definição de identidade na sociedade contemporânea, que aparece com grande força sobre as tensões político econômicas. Mostra a impossibilidade para manter um discurso inerte nas ferramentas de comunicação com a sociedade quando diz respeito a questões identitárias, pois os fenômenos são complexos e não devem pertencer a um discurso limitado, podendo criar um território propício ao surgimento de caricaturas de uma determinada sociedade, fortalecendo assim divisões raciais, culturais, religiosas entre outros problemas de origem preconceituosa, a assolar a sociedade.

“Rumo a novos povos europeus”. O sexto capítulo, coloca em linhas gerais o mau uso de “etiquetas” criadas desde o século IV na definição de povos. Estas, desde longínquos tempos, já possuíam um caráter de interesse único, determinadas pela proteção do território e novas conquistas. Os líderes dependiam de auxílios recebidos do seu conglomerado populacional para realizar tais conquistas e se compor militarmente. Para fomentar o auxílio da população, procuravam disseminar informação sobre sua descendência familiar e propor aos iguais poderes ampliados. Ao determinar a sua relação com o outro e com o território dominado assumia ascendências familiares arcaicas e nem sempre existentes, incitando discursos de preservação

hereditária, suscitando então “etiquetas” de méritos em troca de benesses para preservação do poder governante. Neste capítulo é realizada uma marcação temporal de diferentes formas de manipulação das características identitárias para controle de um povo, determinadas por fatores estáticos ou não que autor define como:

Os mitos de uma ascendência comum e de uma história partilhada, mitos menos moldados pela tradição oral indígena que pelas ideias clássicas do que caracteriza um povo, disfarçavam a descontinuidade e heterogeneidade radical que caracterizava a antiguidade tardia. (Geary, 2008, 162)

No prosseguimento deste capítulo há uma comparação com o subtítulo, “Os europeus como zulus”. Esta reflexão demonstra que a definição identitária sobre povos zulus se assemelha ao dos europeus tardios. Propõe aos leitores refletir sobre a problemática da construção histórica. Os relatos históricos registrados referentes aos povos zulus da África do Sul remetem facilmente às bases históricas de um período moderno, em que se encontram também referências das estruturas bíblicas. Tal condição é decorrente do fato desses documentos históricos serem de autoria dos missionários cristãos europeus em África, a citar A. T. Bryant (1865-1953), possuidores de referências das ciências históricas modernas do século XVIII. No decurso deste tema, constata-se a intenção de definir particularidades sobre o nacionalismo dos diversos povos europeus. Tal trabalho é impossível de se realizar e mesmo estudos baseados nas ciências históricas não permitirão aos historiadores e cientistas sociais obterem resultados, e sim realizar interpretações, pela simples condição da história humana estar em constante mudança.

Este caráter caricato pode ser encontrado diariamente nas ferramentas de comunicação com a sociedade, sejam elas materializadas por modelos como museus, patrimônios edificadas, obras literárias, documentários e outros. Os conteúdos apresentados são na maioria das vezes resultado de aspirações de alguns interessados, possuidores de um poder com efetivo controle de uma ferramenta cultural. São na realidade lendas difundidas como verdade, passam a

ameaçar o público leigo, pois criam condições para emergir uma espécie de perpetuação da informação, com uma difusão capaz de chegar às várias gerações. O mais prejudicial é quando se utiliza essas caricaturas para manejos políticos e de interesse econômico-social. No tempo presente isso é visto na designação de um grupo por uma tipologia puramente inexata, baseada apenas pela aparência física, como exemplo podemos citar os termos “Os ciganos”, “Os alemães” e outros. Um trabalho isento, baseado em rigorosas pesquisas científicas, realizado por equipes interdisciplinares deve sempre ser almejado e baseado nas necessidades da sociedade, examinando carências nos fundamentos do conhecimento identitário do público, direcionando assim seus trabalhos para suprir essas lacunas, evitando a realização e exposição de temas com traços parciais.

Em suma, esta obra é apresentada ao público em geral e vem colaborar com um tema a evidenciar a realidade política mundial atual, a utilização de comportamentos e teorias do nacionalismo como resposta dos problemas econômicos políticos e sociais. Os resultados advindos de crises econômicas, representações políticas mal sucedidas e a permanente ameaça de uma dissolução do poder econômico dos indivíduos, provoca nos poderes políticos dos estados a busca por um culpado para os problemas, sendo os responsabilizados sempre os “forasteiros”, tentando roubar incansavelmente direitos e territórios de quem os possui. Esta fórmula surge como uma panacéia perfeita em discursos políticos transformadores de diversos ambientes de segregação no século XX.

Por todas as problemáticas abordadas, o tema poderá ser utilizado como instrumento educativo proporcionando aos formadores de opinião, estudiosos e a população em geral o conhecimento de sua participação ativa na construção da identidade de um estado, auxiliando no esclarecimentos das reais condicionantes do termo nação. Termo este que engloba os aspectos políticos, jurídicos, sociais e econômicos e organizacionais, instruindo sobre o poder de usufruir dado território. Esse direito não deve ser medido de forma alguma valendo-se de características históricas determinadas por um simples período longínquo.

Entre os fatores determinantes para construção do sentimento de nação, é imprescindível considerar a pluralidade de novos conhecimentos, costumes e movimentos evolutivos a cercar a convivência entre os povos, bem como sua cultura material e imaterial.

O paradigma exposto nos estudos de Patrick constitui em orientar e alertar para a urgência de se desenvolver programas éticos na transmissão de conhecimento, quando este se baseia em dados históricos e tem o poder de persuasão perante a sociedade.

O inerente uso da ciências históricas nos trabalhos de comunicação utilizadas por museus e na divulgação de patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial necessita receber empenho com urgência a respeito à ética, para formação de profissionais socialmente responsáveis, afim de proporcionar à sociedade transferência de conhecimentos fidedignos. *O mito das nações. A invenção do nacionalismo*, desconstrói uma tendência existente no tempo presente e disseminada entre os profissionais envolvidos no tema, a possibilidade de se construir uma narrativa em que se determina por meio da memória, com o uso de patrimônio e/ou discursos narrativos em museus e centros interpretativos, a identidade para uma determinada sociedade, discurso esse direcionado aos diversos momentos da história. Mesmo esses profissionais possuindo códigos deontológicos para consulta, cito como exemplo o do *International Council of Museum/ ICOM*, as regras parecem ser quebradas constantemente, em uma realidade atual, em que o incomum é encontrar discursos dirigidos ao seu público para comunicar o conhecimento extraído de fonte crível, tal como determina o ICOM em sua edição em Português do ICOM nos conceitos – chave da museologia:

Parece, entretanto, que a verdadeira tarefa do museu é da transmissão, entendida como uma comunicação unilateral com o objetivo de permitir a cada um se apropriar da bagagem cultural que se assegura a sua humanidade e sua inserção na sociedade. (Desvallés, 2010, 37).

A contribuição lançada pelo livro está direcionada à perspectiva de conduzir o leitor a uma percepção lógica da manipulação histórica existente por meio das exemplificações, motivos e formas de dominação da sociedade mostrando sua utilização e manuseio do conhecimento nas diversas ferramentas culturais existentes. Tal conhecimento poderá ser útil ao indivíduo leigo ou não e colaborar para criação sobre a capacidade diferenciadora em teorias compostas de forma conveniente, aprimorando no leitor seu senso crítico, capacitando o indivíduo a avaliar o ambiente ao seu redor, permitindo a criação de pontes utilizando-se de uma atuação na sociedade feita de forma racional e eficaz, distanciando se da radicalidade, presente de forma rotineira nos dias atuais.

Mariana Espel de Oliveira

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- GEARY, Patrick. J. *O mito das nações. A invenção do nacionalismo*. Lisboa, Editora Gradiva, 2008.
- DESVALLÉS, André e Françoise Mairesse. *Conceitos chave da museologia*. França, Editora Armand Colin.